

-----ACTA N.º 006/2004-----

**SESSÃO EXTRAORDINÀRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE AOS
SETE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS
MIL E QUATRO-----**

-----Aos sete dias do mês de Dezembro de dois mil e quatro, na Vila de Ferreira do Zêzere, edifício da Biblioteca Municipal, face a convocatória para o efeito oportunamente remetida nos termos regimentais pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Fernando Lopes Carraço, reuniu este Órgão com a seguinte **ordem de trabalhos:- Período da Ordem do Dia: 1.- Demolição e reconstrução do edifício da Câmara Municipal; 2.- Meio Ambiente; 3.- Protecção Civil e Fogos Florestais.**-----

-----Eram catorze horas e trinta e cinco minutos quando, verificando-se a existência de “quorum”, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos regimentais, deu início à Reunião. **PRESENTES** os seguintes **Deputados da Assembleia Municipal:** - António Fernando Lopes Carraço, Manuel da Conceição Antunes Ribeiro, Eduardo José Ferreira Mendes, José António Machado Alcobia Fernandes, Eurico de Alcobia, Isabel Rosário Baptista, Adriano Jorge Dias Rebelo, Aires Ferreira Graça, Rui Manuel Duarte Marques, Aurélio da Conceição Nunes, José Augusto da Silva Cruz, João Costa da Silva, Hélder Filipe Gomes Pereira Cruz, Bruno Miguel Alves Silva, Carlos Manuel Garcia Ferreira, José Marques Nunes, Fernandinho Gomes Lourenço, Agostinho da Cruz, José Manuel Martins Russo, José Saramago Heitor Amaro, Fernando da Conceição Ribeiro, Manuel Cardoso Lourenço, João Paulo Antunes Henriques e Francisco Baptista. **A Câmara Municipal** fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Ribeiro Pereira e pelos

senhores vereadores, Jacinto Manuel Lopes Cristas Flores, Carlos Ferreira Salgado e Carlos Alberto Mendes Martins. Esteve presente o Engenheiro Campelo.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal iniciou a sessão cumprimentando os presente e informou que a sessão foi requerida por um grupo de Deputados, dos quais citou o nome. Procedeu à leitura da ordem de trabalhos e pediu que alguém, daquela lista, se inscrevesse para dizer algo sobre aqueles pontos. Pessoalmente discordou com a designação do ponto 1 da ordem de trabalhos.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**1.º Ponto:- Demolição e reconstrução do edifício da Câmara Municipal.**

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro interveio informando que aquele grupo de Deputados entenderam requerer uma Assembleia Extraordinária com o objectivo de, dali saírem algumas ideias e, eventualmente ainda irem a tempo de criar mais valia naquele processo embora, tenham consciência de que se ela tivesse acontecido na altura em que foi prometida, a probabilidade de conseguirem mais valias teria sido muito maior. Consideraram importante a realização daquela Assembleia Extraordinária para ficarem todos esclarecidos. O ponto fundamental que motivou a Assembleia foi, de facto, o primeiro. Os outros pontos consideram-nos sempre assuntos actuais ao nível do concelho e, havendo uma Assembleia Extraordinária, viram oportunidade para falarem deles de um modo mais consistente.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal dirigindo-se ao Deputado que o antecedeu disse que se este achar por bem incluir algum ponto nas agendas das sessões ordinárias, não há problema em fazê-lo.-----

-----O Deputado Municipal João Costa no uso da palavra informou que ia falar sobre o caderno de encargos, sobre o plano de segurança e saúde e sobre as actas do

Executivo, documentos estes fornecidos pela Câmara. Acrescentou que é a estes documentos oficiais que vai buscar os elementos dos quais fala. Referiu em seguida que, na última sessão lhes foi distribuído um papel vindo do GAT, o qual acrescentava mais qualquer coisa ao que não lhe foi fornecido no caderno e plano de segurança e saúde, na lista de preços unitários e recordou o que disse na altura e que fazia parte da lista dos preços unitários que recebeu da Câmara pela mão do Sr. Presidente da Mesa: «demolições – paredes exteriores – demolição parcial de paredes nas diversas espessuras incluindo todos os trabalhos e meios necessários para a sua demolição completa». Em seguida procedeu à leitura do caderno de encargos, ponto 10.2 – demolições e esgotos – 10.2.1: «consideram-se incluídas no contrato de demolições que se encontrem previstas no projecto e neste caderno de encargos» e 10.2.2: “os trabalhos de demolição referidos na cláusula anterior compreendem a demolição das construções cuja existência seja evidente e que ocupem locais de implantação da obra salvo indicação em contrário deste caderno de encargos» e referiu que falavam de demolições e não de derrocadas. Tratava-se de demolições porque era o que lá estava escrito. Continuou referindo-se aos trabalhos a mais e às prorrogações de prazos, assuntos sobre os quais leu excertos das actas do executivo e das informações dos serviços técnicos. Na acta de 28 de Outubro de 2003 houve uma informação dos serviços técnicos que respondiam a uma carta de 24 de Outubro de 2003 e onde eram feitas algumas recomendações, e bem:“ «No seguimento do solicitado por V. Exa. sobre as obrigações contratuais resultantes do desmoronamento das paredes do alçado principal e lateral esquerdo das obras de recuperação do edifício dos Paços do Concelho sou do seguinte parecer: havendo um contrato, um projecto, caderno de encargos e uma legislação que se lhe aplica o Decreto-lei n.º 59/99 entendo que todo o relacionamento com o empreiteiro se deve

balizar por princípios resultantes desses referidos instrumentos legais. Haverá um conjunto de princípios que lhe vão ser notificados, ao empreiteiro, com o objectivo de o vincular para o futuro, tendo em atenção que este já se responsabilizou e penalizou, por ofício, pelo sucedido. Esses princípios serão em meu entender os abaixo expostos. 1.- Princípio do não pagamento de valores da proposta para trabalhos não realizados, enquadram-se aqui todos os trabalhos que já não se vão realizar como referentes às contenções periféricas, picagem de rebocos, abertura de rossos e outros; 2.- Princípio de reposição do projecto conforme estava patenteado a concurso. Entende-se que se o empreiteiro é responsável pelo sucedido, este deverá repor, por seu encargo, as paredes com todos os seus pertences (cantarias, relógio, sino, azulejo e outros) em conformidade com o projecto; 3.- Princípio de não haver custos adicionais para a Câmara em resultado da readaptação do projecto, ter-se-à em atenção o facto desta obra ser objecto de financiamento ou de contrato-programa não poderá haver alteração das regras desse mesmo contrato. O planeamento da execução financeira tem de ser cumprido não podendo resultar em agrave para o dono da obra. Entende-se também aqui que não pode haver prejuízos para a Câmara ou custos com a elaboração da reavaliação do projecto de estabilidade e para a adaptação do projecto que implique aumento de áreas, de pavimentos ou outros ou seja, não serão admitidos trabalhos a mais, erros ou omissões que resultem do projecto adaptado sendo o contrário apenas válido para o projecto original. Estes são os princípios que decorrem, em minha opinião, da leitura da legislação e que permitem o prosseguir da obra. Se outros princípios houver que não me ocorrem devem ser observados de acordo com as normas legais vigentes no contrato.» Aos 22 dias do mês de Abril a Câmara discutiu uma prorrogação de prazos: «Prorrogação do prazo da obra do edifício dos Paços do Concelho – presente informação do Eng.

ACTA DE 07/12/2004

Campelo datada de 19/04/2004 e fica apensa em fotocópia à minuta da acta, pedindo a prorrogação de 60 dias e foi aprovado por maioria com 2 votos contra dos vereadores da oposição.» Aos 3 dias do mês de Julho de 2004 «presente informação datada de 19/04/2004 do Eng.º Campelo que fica apensa em fotocópia à minuta da acta, sobre trabalhos a mais na importância de 4 551,31 €.» Em Junho de 2004 volta a haver nova informação, na acta n.º 67 do Executivo: «Trabalhos a mais na empreitada de reconstrução do edifício dos Paços do Concelho – presente informação técnica de 31 de Maio do corrente ano que fica apensa em fotocópia à minuta da acta sobre a alteração dos vidros das caixilharias exteriores na importância de 5 500,00 € - analisada foi a proposta a provada por 2 votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Carlos Martins e Carlos Salgado». «Entendeu-se que seria útil alterar também a cor dos vidros tendo o projectista sugerido a alteração para a cor Antélio Gris (cinza), face a esta situação pediu-se uma proposta de preços ao empreiteiro, este apresentou a proposta anexa correspondente a uma mais valia de 6 462,30 € ». Em relação aos trabalhos a mais sobre vidros, o vidro fazia parte do projecto que foi posto a concurso: «características gerais – incluem-se neste tipo de chapas os vidros tipo antélio, gris e temperado com espessura de 6 a 9 mm.» Questionou porque motivo uma coisa que já estava adjudicada, à Socoliro, foi adjudicada novamente e, em vez de melhorar a qualidade dos vidros, esta manteve-se sendo ainda diminuída a espessura dos mesmos de 6mm a 9mm para 5mm. Em 22 de Julho a Câmara voltou a reunir: «Trabalhos a mais na empreitada de recuperação dos Paços do Concelho – presente informação do técnico superior Eng.º Campelo que fica apensa à minuta da acta em fotocópia, aprovados os trabalhos a mais com três votos a favor e dois contra dos Vereadores Carlos Martins e Carlos Salgado, que votaram contra por alguns trabalhos a mais são da responsabilidade do empreiteiro e

têm a ver com a demolição». Na informação técnica de 08/07 deste ano: «trabalhos a mais na empreitada de recuperação do Edifício dos Paços do Concelho – casa do relógio, carreteis exteriores da rede de incêndios e interiores, caixilharias do óculo, alteração das portas de lagarta na zona de passagem interior. O empreiteiro apresentou uma proposta de preços anexa pelos seguintes valores: preços do contrato, preços acordados. Mais se informa que para os trabalhos de alvenaria da casa do relógio o empreiteiro não apresentou trabalhos a mais. Para a execução destas alterações justifica-se prorrogação do prazo em 7 dias e solicita-se a aprovação destes trabalhos a mais no valor global de 4 061,73 € ao abrigo do art.º 26 do Decreto-lei n.º 59/99». Na reunião de 12 de Agosto do mesmo ano o Vereador Carlos Martins teve a seguinte intervenção: «na sequência da aprovação da prorrogação do prazo da obra de construção do edifício dos Paços do Concelho e em virtude da mesma não se encontrar concluída gostaria de tomar conhecimento da situação em que se encontra esta obra uma vez que os prazos já se encontram ultrapassados» Informou-o o Dr. Jacinto de que: «efectivamente há pequenos trabalhos a concluir, nomeadamente a colocação dos holofotes no chão, afinação final do elevador e o ensaios do sistema de ar condicionado, sendo que estes últimos dois, carecem de ligação definitiva de electricidade ao edifício, pois só assim será possível aferir o seu bom funcionamento. Informou ainda de que o empreiteiro já entregou as chaves do edifício e todos os trabalhos que sejam necessários efectuar, não serão abrangidos por qualquer prorrogação de prazo». Lamentou que a informação que a Câmara recebeu do seu gabinete técnico a 28 de Outubro, fosse depois totalmente adulterada mandando o projecto inicial, que foi a concurso e estava debaixo de um contrato-programa, para as ortigas. Como é que era possível que se alterasse tanta coisa e aumentasse o preço sem que ninguém dissesse nada.

Eram encargos para a Câmara, e eram os munícipes, os contribuintes que os vão pagar. Em seu entender não foi usada a regra da razoabilidade nem da boa gestão. Tudo estava incluído no contrato que foi posto a concurso, pelo que questionou o que é que se passou para o alterarem. Não percebe onde é que a Câmara se perdeu e aprovou todas aquelas coisas. Às vezes é aborrecido terem aqueles cargos e é fácil votarem. Tem por norma fundamentar sempre as suas votações. Se “grita” tanto por causa da destruição dos Paços do Concelho antigos é porque agora tem um edifício do século XXI e antes tinha um edifício do século XVIII. Por fim requereu à Mesa que lhe fosse fornecida a memória descritiva da obra posta a concurso e o ponto 2.6 do plano de segurança e saúde - “lista de trabalhos com riscos especiais”.-----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço interveio dizendo que consta numa acta da Assembleia Municipal que o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Presidente da Assembleia decidiram dar continuidade dos trabalhos. Perguntou onde estava a Assembleia Municipal para se pronunciar. Se num caso daqueles não era chamada para se pronunciar e colaborar com a Câmara, se era só para autorizar empréstimos. Naquela situação houve uma falha grande, ainda mais que foi falado marcar-se uma Assembleia Extraordinária sobre aquele ponto. Passou-se por cima da Assembleia ignorando-se a existência da mesma. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse que se a Assembleia Municipal não era precisa, não estavam ali a fazer nada.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal esclareceu que se falou em marcar uma Assembleia Extraordinária, se necessário.-----

-----O Deputado Municipal Aurélio Conceição Nunes no uso da palavra referiu que o que tinha para dizer inicialmente já foi dito pelo Deputado Manuel Lourenço. Em consequência da afirmação do Presidente da Mesa perguntou se a decisão à

situação “se necessário” não partiu, obviamente, da Assembleia. Só pode ter partido, em seu entender, ou da Mesa da Assembleia ou da Câmara, ou dos dois órgãos em conjunto. -----

-----O Deputado Municipal Rui Marques iniciou a sua intervenção dizendo que a matéria em discussão lhe causava alguma perplexidade. Perguntou ao Deputado João Costa o que é que o levou a fazer toda aquela pesquisa e a discutir tudo aquilo. Em seguida perguntou qual a situação dos outros concorrentes à obra e se, algum deles, depois do pagamento daqueles trabalhos a mais, teria uma melhor proposta para a Câmara e, se isso foi avaliado. É muito importante que se tenha em conta o porquê dos trabalhos a mais e o porquê da dilatação de prazos, e é preciso ver realmente se foi activada a cláusula, que com certeza está no caderno de encargos, das penalizações para o empreiteiro devido ao trabalho não ser feito no tempo ajustado. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas começou por esclarecer que a razão porque não se fez a Assembleia Extraordinária foi porque, na altura, o que estava em discussão na Assembleia era a alteração ao edifício dos Paços do Concelho, depois dele ter caído. Era uma proposta que o GAT, autor do projecto quis vender, quis sensibilizar para ele. A Câmara apreciou, e o projecto foi também à Assembleia. O que disse na altura foi que se a Câmara entendesse levar por diante aquela solução, solicitaria uma Assembleia Extraordinária. Como a Câmara não se interessou por aquele projecto não pediram a referida Assembleia. Quanto às outras questões colocadas, esclareceu que o projecto que está feito é o projecto inicial colocado a concurso e que tinham ali. Também tinham fotografias que foram tiradas ao longo do decurso das obras. Pediu a todos que o vissem e que de uma vez por todas deixassem a honra do executivo limpa na

praça pública e ali, ainda que quisessem levar o assunto para os tribunais. Em seguida passou a palavra ao Engenheiro Campelo, pedindo-lhe para esclarecer o melhor possível, ponto por ponto, as questões colocadas. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal antes de dar a palavra ao Engenheiro Campelo interveio dizendo que já não era a primeira vez que o Deputado Manuel Lourenço insinuava que ele não quis fazer a sessão ou que ela estava marcada. Ela não foi marcada. O que está na acta é que, se fosse necessária, seria marcada. O Deputado Municipal João Costa telefonou-lhe a pedir dados, facto que foi transmitido ao executivo e aos técnicos. Quando entendeu se era ou não necessário fazer a reunião, pediu ao Sr. Presidente da Câmara e ao Eng. Campelo, reuniram os três com todo o processo, e concluiu-se que de facto não era necessário fazer uma reunião extraordinária. -----

-----O Deputado Municipal João Costa solicitou o uso da palavra para responder à questão do Deputado Municipal Rui Marques. Esclareceu que, o que o fez debruçar-se mais detalhadamente sobre aquele assunto foi o facto de alguns dias depois da derrocada, ter sido projectado na Assembleia Municipal um projecto de um novo edifício. Levou-o a pensar como é que era possível em tão pouco tempo apresentar logo um projecto a três dimensões. -----

-----O Engenheiro Campelo, a quem foi dada a palavra, informou que ia tentar esclarecer de quanto sabia. Começou por referir que, relativamente a tudo o que ouviu, se sentia de consciência tranquila. Depois informou que o título com que a empreitada foi posta a concurso e que consta do seu contrato é “reconstrução do edifício dos Paços do Concelho”. Explicou os passos desde a elaboração do projecto até ao início da obra informando que as pessoas do GAT que fizeram o acompanhamento da obra foram Sra. Arquitecta Paula Coito e do Sr. Engenheiro

ACTA DE 07/12/2004

Veiga. A empresa apresentou o plano de segurança e saúde, que foi submetido ao IDICT, e foi escolhido o coordenador de segurança na obra, que foi o representante do empreiteiro, na altura que começou a obra, o Eng.º Paulo Neves. Em seguida procedeu à explicação do que aconteceu na obra antes de se dar o desmoronamento e que foi o seguinte: o projecto não previa a demolição total das paredes do edifício, mas sim a demolição de todo o seu interior, da parede do alçado posterior e uma pequena parte do alçado lateral esquerdo e também a demolição das casas velhas. O projecto tinha uma solução arriscada que era colocar uma cave pelo limite das paredes exteriores, pelo lado de dentro. Assim, a fiscalização concordou com o empreiteiro que se fazia a escavação, depois de tudo demolido e estando as três paredes no ar, de forma fatiada porque as paredes pesavam sete toneladas por metro, e retirando uma parte do que estava debaixo o terreno ia descomprimir. O empreiteiro não fez por troços fatiados conforme acordado com a fiscalização e o solo aliviou, não aguentou com o peso da parede e caiu. A fiscalização naqueles dias, entre o que estava acordado e o que aconteceu, não teve conhecimento que o empreiteiro não estava a respeitar o projecto. Aquilo aconteceu por excesso de confiança porque o prazo do empreiteiro era curto. Tiveram a vontade de rapidamente fazer as paredes da cave. Foi um risco exclusivamente assumido pelo empreiteiro, ninguém mais teve intervenção naquela situação e assumiu essa responsabilidade. Informou que, depois da derrocada, se encontrou com o Presidente da Câmara e com o Engenheiro do empreiteiro, a quem disse que não queria mais o encarregado na obra. Posteriormente o Engenheiro foi despedido da empresa e o encarregado manteve-se o mesmo. Em seguida explicou em que situações é que existem trabalhos a mais numa obra e acrescentou que apesar de todos os problemas que a obra teve, atendendo à percentagem de trabalhos a mais, a obra é uma vitória.

Teve 2,2 % de trabalhos a mais. Explicou seguidamente o porquê dos trabalhos a mais que a obra teve, nomeadamente a questão dos vidros, a alteração das portas lagartas, que era uma situação tecnicamente não exequível, a questão da execução da casa do relógio e porque não ficou o relógio antigo e os carreteis interiores da rede de incêndio que não estavam previstos. Quanto à prorrogação dos prazos explicou que houve trabalhos de natureza diferente daqueles que estavam previstos que o empreiteiro teve que executar. Recordou que a cobertura do edifício, tinha uma solução que prejudicava a Câmara, ficou melhor e não houve qualquer encargo para a Câmara. Relativamente ao mapa de quantidades referente ao ponto 3.2.1.1 – “Demolição parcial de paredes nas diversas espessuras incluindo todos os trabalhos e meios necessários à sua demolição completa” – informou que aquela quantidade está no mapa de medições devidamente esclarecida, estão as contas feitas e mostram a quantidade de paredes que estava prevista ser demolida. Não está a totalidade de paredes porque havia paredes que eram para ficar. Em relação ao término da obra disse que esta terminava em final de Julho e 99,8% da obra estava concluída nessa data. Após o empreiteiro ter concluído a obra há um prazo para fazer a recepção provisória da mesma. Essa recepção é precedida por uma vistoria feita pela fiscalização. Na obra os pequenos trabalhos a mais careciam do visto do Tribunal de Contas. Estando o prazo a terminar, o visto ainda não tinha chegado, logo não podiam proceder à vistoria para receber a obra provisoriamente. Quando se fez a vistoria houve algumas anomalias que foram anotadas, e presentemente já foram corrigidas, com excepção de duas questões. Explicou que essas duas questões têm a ver com os ensaios definitivos da aparelhagem de ar condicionado e com o elevador, esclarecendo porque motivo ainda não estão resolvidas. Por fim acrescentou que após o edifício ter caído houve uma deliberação de Câmara no sentido de se

ACTA DE 07/12/2004

respeitar o projecto e a adaptação em função daquilo que lá existia, facto que foi rigorosamente cumprido com excepção da colocação do óculo e do brasão, que não estava prevista. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a intervenção do Eng.º Campelo acrescentando que aqueles esclarecimentos foram extremamente importantes para a compreensão dos factos. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal insistiu que vissem o projecto, as fotografias e analisassem aqueles documentos, pois acha que o executivo merece o respeito da Assembleia. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal apelou para que se mantivessem calmos. Lembrou que a Assembleia é um órgão essencialmente político e não essencialmente técnico. Em seguida passou a palavra aos Deputados Municipais ainda inscritos para este ponto. -----

-----O Deputado Municipal Bruno Silva cumprimentou os presentes e começou por se congratular com a coerência dos Vereadores do PS em relação aquilo que foi deliberado por eles mesmos e pelos Vereadores do PSD na reunião de 28 de Outubro. Em seguida referiu que o que estava ali em causa não era tanto a existência de trabalhos a mais ou prorrogação de prazos mas sim, o facto da Câmara decidir por vontade própria e unanime de não conceder mais prazos nem suportar mais encargos e depois acabou por fazê-lo contrariando uma decisão que foi tomada pelo executivo. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro tomando a palavra referiu que em relação à designação da empreitada tem dois documentos assinados pelo Eng.º Campelo onde está “recuperação”. Em seguida perguntou se as dimensões das portas e das fachadas são exactamente as do edifício antigo e se isso já estava no projecto

inicial. Perguntou também se os vidros que estão no edifício são duplos, se a porta principal do que vai ser o edifício nobre da Câmara tem a dignidade que tinha a outra para ser uma porta frontal, se a ombreira é parecida com a que lá estava e se a Sra. Architecta e as pessoas que discutiram com ela e aceitaram aquela solução sentiam que aquilo ia ser a parte nobre da Câmara. Perguntou se achavam que a fachada da Câmara, no seu conjunto, dava a imagem da anterior e referiu que tinha ali uma fotografia ainda mais antiga da que a que lhe foi fornecida, defendendo que tinha sido uma boa ideia, na reconstrução, voltarem à imagem inicial que a Câmara tinha e que se podia ver naquela fotografia. Perguntou também qual era a posição da Câmara em relação à responsabilidade dos erros dos empregados das empresas. Se essa responsabilidade é da Câmara ou das empresas. Até que ponto é que a Câmara deve assumir parte da responsabilidade deles. Questionou quais são, em percentagem, os trabalhos a menos. Referiu que a Câmara obrigou as janelas de guilhotina em reconstruções a 10 metros de distância, pelo que perguntou se no projecto também estava previsto mudar a cor e o formato dos caixilhos das portas e janelas da fachada principal, e qual foi o critério para a mudança. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra dirigiu-se ao Deputado Antunes Ribeiro e lembrou que este também aprovou aquele projecto enquanto vereador. Em seguida afirmou que as janelas, a porta e a fachada são as do projecto inicial. Em sua opinião também não faria sentido as janelas da fachada serem em madeira e as laterais em alumínio. Acrescentou que agradecia que o deputado Antunes Ribeiro tivesse algum senso e pensasse antes de dizer as coisas, para não estarem ali constantemente a atacar-se uns aos outros. Pediu novamente ao Eng.º Campelo que esclarecesse de que tipo de vidros se tratava e porque é que pagaram a mais pelos vidros. -----

ACTA DE 07/12/2004

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro esclareceu que não referiu que queria lá madeira. A sua ideia é que seria alumínio lacado a branco e, do seu ponto de vista, tinha ficado melhor a branco. Em relação à aprovação do projecto disse que provavelmente até aprovou muito mais porcaria com que nunca esteve de acordo, mas nunca teve nenhum vencimento na Câmara e fazia um trabalho de voluntário. Fazia algumas avaliações no tempo em que se podiam fazer, porque neste momento é dado conhecimento aos vereadores e eles já nem sequer aprovam nada. De facto participou na votação da aprovação e foi quem falou no aproveitamento do espaço inferior à quota zero. Disse que queria pedir desculpa a todos os Membros da Assembleia e ao público principalmente pois, nunca foi ver de que cor eram os caixilhos dos prédios nem das vivendas. De facto não tinha tempo nem pensa que seja razoável pedirem-lhe isso. Aprovou o projecto dentro da sua responsabilidade com a máxima consciência.-----

-----O Deputado Municipal João Costa dirigindo-se ao Engenheiro Campelo referiu que concorda que há sempre trabalhos a mais mas questionou em primeiro lugar, que se era para fazer trabalhos a mais, o porquê da primeira informação, e em seguida referiu que o cimbre que foi posto, com aquele escoramento nunca segurava uma parede com sete toneladas por m². Perguntou porque é que o Engenheiro não mandou logo parar a obra quando teve conhecimento que o empreiteiro tinha alterado o método de construção.-----

-----O Engenheiro Campelo esclareceu que não teve conhecimento, e assim que o teve a obra parou.-----

-----O Deputado Municipal João Costa retomou a palavra e referindo-se à fachada disse que a porta principal tinha um arco ligeiro mostrando de seguida o Jornal Despertar do Zêzere, 1.^a página para demonstrar que o cimbre não era o

ACTA DE 07/12/2004

adequado e evidenciou o caso dos pesos para segurar os cimbres, bem visíveis na foto do jornal. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal interveio pedindo para verem o projecto, para o apreciarem, pois foi o projecto que foi posto a concurso e que foi aprovado pela Câmara. Questionou se era ele que tinha capacidade para alterar um projecto e acrescentou que não estava mais disponível para ouvir aquilo.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal sugeriu que se fizesse um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite.-----

-----Reiniciados os trabalhos o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pediu ao Deputado João Costa para rapidamente concluir. -----

-----O Deputado Municipal João Costa dirigindo-se novamente ao Engenheiro Campelo referiu que aquele vidro, era o que estava posto a concurso, com as mesmas características e questionou porque razão se paga 2.^a vez o mesmo vidro, com a agravante do vidro diminuir de espessura, de 6mm para 5mm, e como se justifica a aprovação daquela proposta de alteração.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou os presentes que tinha chegado um requerimento à Mesa, assinado por onze Deputados Municipais, do qual procedeu à leitura: “Os eleitos locais do Partido Social Democrata abaixo assinados requerem à Mesa da Assembleia que ponha a discussão e votação o seguinte projecto de deliberação relativo ao ponto 1 da ordem de trabalhos da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada nesta data “*Demolição e Reconstrução do Edifício da Câmara Municipal.*” – Deliberação – Considerando que a Assembleia Municipal tomou conhecimento: a) do requerimento apresentado pelo eleito local senhor João Costa da Silva na sessão da Assembleia Municipal de 25 de Junho de 2004; b) das informações técnicas, remetidas pela Câmara Municipal

ACTA DE 07/12/2004

de Ferreira do Zêzere, na sessão da Assembleia Municipal de 24 de Setembro de 2004. Tendo em conta que em reunião extraordinária de 7 de Dezembro voltou o assunto a integrar a ordem de trabalhos a Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere face à apreciação feita sobre o conteúdo dos aludidos documentos: 1. Delibera concluir: 1.1. Serem graves as acusações formuladas pelo eleito local senhor João Costa da Silva relativamente à honorabilidade do senhor Presidente da Câmara Municipal e do senhor Vereador Jacinto Lopes. 1.2. Não se encontrarem estas acusações quando formuladas, sustentadas em quaisquer factos objectivamente comprováveis, razão pela qual aquelas afirmações devem ser entendidas no contexto de uma apreciação subjectiva que responsabiliza apenas o seu autor. 1.3. Reconhecer que as explicações técnicas fornecidas pela autarquia e os documentos de suporte que as acompanham, nomeadamente a folha de medições 2/75, permitem concluir que não constava do projecto e do respectivo caderno de encargos a demolição total do edifício, mas apenas de uma parte deste, identificada no aludido mapa de trabalhos. 1.4. Resultar claro que a execução da obra não correspondeu integralmente ao projectado, nomeadamente na escavação junto ao alçado principal e alçado lateral direito, (ambos a conservar), tendo daí resultado a derrocada destes alçados. 1.5. Que a responsabilidade de tal actuação já foi assumida pelo empreiteiro, pelo que lhe coube a reposição destes alçados, sem quaisquer custos para o dono da obra. 2. Delibera também, face ao que antecede, libertar o executivo municipal de qualquer responsabilidade relativa ao incidente verificado na empreitada em questão e censurar o comportamento precipitado do eleito local senhor João Costa da Silva”-----
-----O Deputado Municipal Eduardo Mendes requereu que se passasse à votação imediata. -----

ACTA DE 07/12/2004

-----O Deputado Municipal João Costa solicitou o uso da palavra e referiu que a proposta de deliberação pressupõe uma reunião dos eleitos do Partido Social Democrata. Não teve conhecimento dela, não foi convocado e portanto não pode ser os eleitos locais, mas sim os abaixo assinados. Não apresentou nenhum requerimento à Assembleia, fez sim uma declaração política, que é coisa bem diferente. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal esclareceu que não eram todos os eleitos locais mas sim os que tinham assinado a proposta de deliberação. Acrescentou que o requerimento fazia parar os trabalhos e portanto estava a cumprir o que estava legislado. De acordo com o pedido pelo Deputado Municipal Eduardo Mendes colocou-o de imediato a votação. -----

-----Abandonaram a sessão os Deputados Eleitos do PS e o Deputado Municipal João Costa, continuando a Assembleia a ter quorum. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a votação se o requerimento era aceite. -----

-----O Requerimento foi aceite por unanimidade. Não havendo intervenções acerca do projecto de deliberação procedeu-se à votação do mesmo por voto secreto. Votaram treze Deputados Municipais e, contados os votos verificaram-se treze votos a favor do projecto de deliberação. -----

-----2.º Ponto:- Meio Ambiente. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, particularmente congratulou-se pelo tema em causa mostrando-se um pouco ansioso para ouvir da parte dos proponentes o que vierem a dizer sobre este ponto. -----

-----O Deputado Municipal Rui Marques iniciou a sua intervenção abordando uma questão que se prende com o relatório de actividades 2003 da Inspecção Geral

do Ambiente, que em determinada altura faz a análise da Albufeira do Castelo do Bode e no que se refere a inspecções realizadas menciona algumas onde estão incluídos aviários e suiniculturas. Leu que foram encontradas situações susceptíveis de gerar contaminações do solo significativas com interrupção da bacia de cargas de azoto e fósforo. Perante isto questionou o executivo se estas inspecções foram acompanhadas por elementos da Câmara. Se há algum relatório sobre o que foi conclusivo e recomendado nesses eventuais relatórios, e caso realmente hajam esses relatórios ou alguma documentação afim, requereu que lhe fosse disponibilizada para poder analisar. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal respondeu de imediato que não teve conhecimento das inspecções, não acompanhou nem lhe foi enviada nenhuma documentação. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal chamou a atenção para o facto de não entrarem em diálogo. -----

-----O Deputado Municipal Rui Marques retomou a palavra referindo que a sua próxima questão tinha a ver com o sector das águas em Ferreira do Zêzere e com os serviços municipais no que diz respeito aos recursos humanos afectos ao tratamento de águas no Concelho. Pretendeu saber se na central de recolha de águas que abastece o concelho existem técnicos qualificados para proceder à garantia desejada da qualidade da água que é fornecida aos munícipes. O que pretende saber é se há garantias da parte dos serviços municipais que a água que chega aos munícipes está em condições, sob atestado de entidades credenciadas ou técnicos credenciados para que de tal modo os consumidores possam beber a água descansados. -----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço no uso da palavra informou que teve conhecimento de uma situação pontual, em que apareceu nas traseiras do ciclo

uma espuma branca. Foi chamado ao local e deparou-se com uma vala aberta, com espuma branca com altura de um metro que seguiu o seu percurso normal a apareceu no Freixo. Essa vala aparece aberta ao lado de uma casa de habitação onde há crianças. Questionou se o Presidente da Câmara tem conhecimento desta situação e porque é que a vala ainda estava aberta. -----

-----O Deputado Municipal Aurélio Conceição Nunes interveio dizendo que obviamente estão instalados no concelho uma série de aviários e suiniculturas. Infelizmente para o concelho de Ferreira do Zêzere é das poucas actividades económicas que tem e como tal tem que se viver com elas. No entanto, é de opinião que não há incompatibilidade alguma entre a existência destas actividades económicas e o desenvolvimento quer económico quer social do concelho. Os industriais terão que assumir as suas responsabilidades e como tal terão de ir fazendo alguma coisa para evitar os malefícios que algumas vezes são provocados por estes resíduos quer sejam sólidos ou líquidos. A partir disto pensa que cabe à Câmara Municipal, pelo menos a nível pedagógico, tentar junto dos industriais destas actividades económicas tentar que algo vá sendo feito e de forma eficiente. Neste sentido perguntou ao Presidente da Câmara, uma vez que este acabou de dizer que não tinha relatórios da IGA se, nas várias visitas IGA a estas industrias, os inspectores ou alguém do Ministério do Ambiente passou pela Câmara, pelo menos em contactos orais com o Presidente da Câmara ou com os Vereadores. Perguntou também se nunca surgiu na Câmara Municipal um pedido por parte dos industriais, no sentido da Câmara não ver inconvenientes quer no despejo de resíduos líquidos para cursos de água, quer inclusivamente no despejo de determinados resíduos sólidos em determinados locais deste concelho. Por outro lado perguntou se não era tempo da Câmara arranjar uma base de dados da qualidade das suas águas quer dos

curtos hídricos quer dos cursos subterrâneos.-----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro começou por dizer que, de facto, as pessoas quando se exaltam perdem as capacidades, e fez uma série de perguntas que ninguém respondeu. O Engenheiro Campelo já foi embora, as perguntas ficaram no ar e as dúvidas continuam. Em relação ao ponto 2 da ordem de trabalhos perguntou se a Câmara tem previsto algum projecto de reflorestação para a zona ardida, propriedade da Câmara. Em seguida questionou se a Câmara mantinha a mesma posição de há algum tempo atrás, quando sugeriu que pensasse num parque eólico no concelho e a Câmara lhe respondeu com base numa informação de um técnico que dá pareceres à Câmara, que isso não valia a pena e que não tinha interesse. Em sua opinião será aborrecido um dia aparecer alguma entidade privada e pegar numa coisa sobre a qual a Câmara tinha uma situação privilegiada em termos de subsídios e de participações. Na Assembleia da Comunidade Urbana no plano de actividades foi previsto um sistema de monitorização de ambiente acústico e o que questionou, e disse que achava mais oportuno nesta área, era uma monitorização da qualidade da água que corre pelos leitos. Na altura o Sr. Presidente da Junta, lá nessa Assembleia, disse-lhe que isso era com o Ministério do Ambiente, e por acaso estava ali uma série de transferências para as Câmaras Municipais pelo que sugeriu não uma monitorização exaustiva, mas uma primeira abordagem. Ter alguns pontos de análise em continuo da qualidade da água que corre nalguns leitos mais importantes. -----

-----O Deputado Municipal Bruno Silva interveio referindo a Agricultura Biológica e dizendo que desde o inicio da década de 90 que começou a ser introduzida em Portugal e nestes anos, tem-se registado um aumento lento, mas progressivo, neste tipo de Agricultura, tanto em número de agricultores como de

área. Acontece que esta forma de agricultura está muito centralizada no Alentejo, Trás-os-Montes e Beira Interior. Dentro deste modo de produção existe também concentração em apenas três culturas, culturas arvenses, pastagens e olival. O que perguntou foi se, na vasta região onde o concelho está inserido, não é feita agricultura biológica e para além disso ainda tem uma outra agravante, que é o facto de alguma agricultura que é produzida, ser bastante deficitária a nível biológico. Gostava de saber se o executivo tem previsto para este ano ou num futuro próximo qualquer acção de sensibilização, de incentivo ou de formação aos agricultores do concelho por forma a sensibiliza-los e a consciencializá-los para este tipo de agricultura. Lembrou que em Maio deste ano foi elaborado o plano nacional para o desenvolvimento da agricultura biológica que prevê aumentar as quotas deste modo de produção biológico e que tem um programa de desenvolvimento rural intitulado RURIS que é financiado em 75% pelo FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola) e dispõe até ao final de 2006 de 260 milhões de euros que não estão incluídos nos Quadros Comunitários de Apoio. Era importante a Câmara ter uma política voltada para este tipo de agricultura, como forma de ainda ir a tempo, nestes dois anos, de ir buscar alguns incentivos para os agricultores que queiram aderir. É válido para a agricultura e também para a pecuária, pelo que fez referência à suinicultura, que no caso até serviria para compatibilizar o desenvolvimento económico com o ambiente no concelho. Em relação ao turismo falou do Turismo em Espaço Rural que é recente e crê que é uma forma interessante do concelho poder desenvolver algumas áreas rurais que estão mortas. Era uma oportunidade de revitalizar economicamente e socialmente algumas zonas e também o Concelho a nível global. Questionou se a Câmara prevê incentivar e consciencializar os empresários a aderirem a este tipo de iniciativas. -----

-----O Deputado Municipal João Costa interveio referindo que ouviram o Deputado Rui Marques enumerar o relatório preocupante da IGA pelo que perguntou que projectos tem a Câmara Municipal para tratamento de águas e para tratamento dos esgotos das suiniculturas que correm para a bacia do Castelo do Bode. Recordou que discutiram ali, em tempos o regulamento da água, em que teve uma intervenção forte sobre aquela matéria, e agora via que uma entidade insuspeita vem, ela própria, dizer essa situação e nomeia literalmente as indústrias de suinicultura e as unidades de produção de ovos. Perguntou o que é que a Câmara estava a pensar fazer, para preservar o meio ambiente e a qualidade da água, e se existe alguma coisa escrita que possam ter para também dizerem bem da Câmara. Se houver estes projectos seguramente não tem nenhum problema em louvar a Câmara. Supõe que existe uma Comissão de Protecção Civil que de alguma forma intervém nisto e, se não o fez também não andou bem. Pensa também que os donos das suiniculturas ao serem contactados, poderiam eles próprios transmitir à Câmara que tiveram a visita do Instituto do Ambiente. Portanto gostava de saber se existem estes projectos, que medidas são, quando são implementadas e se os houver, requereu uma cópia dos mesmos. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou a sua intervenção dizendo que julga que o problema do ambiente no concelho de Ferreira do Zêzere deve ser discutido numa envolvência geográfica que tem a ver com todo o rio Zêzere, desde onde nasce até à sua foz, e portanto o facto da sua bacia hidrográfica ser a segunda ou terceira maior bacia hidrográfica da Península Ibérica, o concelho de Ferreira do Zêzere, é evidente que terá que dar o seu contributo para que o ambiente seja saudável. Tem acompanhado de perto o esforço da Câmara de Ferreira do Zêzere, em especial do Sr. Presidente, muitas vezes a lutar sozinho porque são

muitos os concelhos ribeirinhos desde a nascente até esta zona. O que têm é a Barragem do Castelo do Bode, feita em 1950, sobre o que se legisla muito, mas normalmente esquece-se a bacia hidrográfica. Por muito que uma Câmara Municipal possa fazer sozinha não vai a lado nenhum. A nível de Governo Central deveria tentar-se ou fazer-se, primeiro um ordenamento total do território, que não existe. Segundo, que fosse legislado não serem só os concelhos ribeirinhos a sofrer uma vez que a água é um bem comum. O que o Deputado Rui Marques leu resulta essencialmente das áreas ardidadas e não tanto de outros resultados. Era necessário fazer a toda a bacia hidrográfica do Zêzere um estudo exaustivo, que não compete a uma Câmara tão pequena como esta, para assim saberem quem de facto polui a água. Todos devem dar o contributo, têm o direito e o dever de cidadania mas tem ido a muitas reuniões, inclusivamente do penúltimo plano de ordenamento da Barragem do Castelo do Bode e vê lá poucas Câmaras. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas informou que não tinham conhecimento nenhum do relatório da IGA. São totalmente alheios às inspeções que o Ministério do Ambiente faz, e às aprovações que o mesmo faz do sistema de tratamento das águas, tanto das pocilgas como dos aviários. O lançamento das águas no meio hídrico é da responsabilidade do Ministério de Ambiente, pois quando vem o projecto com o parecer deles diz onde são lançadas as águas. Na semana passada estive numa reunião sobre a implementação do POAC, da responsabilidade do Ministério do Ambiente, onde foi dito que a EPAL fez análises junto de todas as ribeiras que desaguam na Albufeira e a água das ribeiras deste concelho está em boa qualidade, o que não acontece com as ribeiras dos outros concelhos. A responsável da EPAL também disse que a água da Albufeira tem melhorado nos últimos anos. Ferreira do Zêzere é o único concelho

que está a gastar dinheiro do seu orçamento para fazer tratamento de águas em baixa. É da responsabilidade das Águas do Centro fazer o tratamento em alta. Tem sensibilizado os proprietários das pocilgas e dos aviários, de maneira frontal e tem-lhes pedido que tenham o máximo cuidado. A Câmara não tem pessoal para avaliar se a água fornecida à população está em condições, porque isso compete às Águas do Centro. Não tem duvida nenhuma em afirmar que a água que fornecem tem qualidade, até porque também mandam fazer algumas análises. Quanto à espuma que apareceu junto ao ciclo, teve conhecimento deste facto, e a informação que teve na altura é que teria sido uma lavagem efectuada nos Bombeiros com um produto que originou a espuma e que foi pelo esgoto das águas pluviais. Não sabe que tipo de regueira lá está, pois é, com certeza, particular e não compete à Câmara tapá-la, nem se pode responsabilizar por isso. -----

-----O Deputado Municipal Rui Marques solicitou o uso da palavra para perguntar se a Câmara tem evidências do estudo feito pela EPAL à água das ribeiras ou se eram meras informações informais. No que diz respeito ao tratamento das ETA's tem havido alguma pressão junto das Águas do Centro e espera que assim continue. Continua a defender que a Câmara devia ter evidências registadas da qualidade da água tanto da tratada como da não tratada. Mas neste caso estava a referir-se às águas não tratadas. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal quanto à questão da EPAL disse que a informação lhe foi transmitida numa reunião onde estavam também outros Presidentes de Câmara, e está convencido que se pedir as evidências à EPAL eles fornecem. Foi uma informação com rigor de uma entidade representada por uma técnica que é responsável pelo acompanhamento da Albufeira em termos de POAC. E quando a EPAL diz isto é porque é verdade, uma vez que tem sido a grande

lutadora pela qualidade da água, porque quanto melhor qualidade tiver a água menos eles gastam com o tratamento. Informou que o Vereador Jacinto tinha ali presente análises feitas da água não tratada à água geral do rio e que vai ao encontro do que a EPAL diz. -----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço interveio fazendo referência novamente à espuma encontrada junto ao ciclo. Quando o Presidente da Câmara diz que não se responsabiliza pela abertura da vala, se ela não existisse aberta, de qualquer maneira a espuma correria pelas terras abaixo. Tem que existir um ponto de água. Nas traseiras do ciclo existe um reservatório ou um depósito onde é conduzida a água que vem do ciclo e dos Bombeiros, e é canalizada, passa por baixo da estrada para o reservatório. Tem que haver alguém responsável. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal explicou que o que quis dizer foi que não se podia responsabilizar a Câmara pela abertura da daquela vala. Ao Deputado Municipal Aurélio Nunes informou que fazem a parte pedagógica. Pensa que os inspectores da IGA não informam as Câmara. A Câmara só licencia as pocilgas depois deles darem o parecer. Questionou se era a Câmara que tinha capacidade para desdizer do que aprovam os técnicos do Ministério do Ambientes. É verdade que por vezes se arrelia com os proprietários, mas também é verdade que nunca viu as águas a escorrer por aí. Quanto ao cheiro tem dito para fazerem as coisas de noite. É um serviço que tem que ser feito. O cheiro não mata ninguém. -----

-----O Deputado Municipal Rui Marques esclareceu que não tinham intenção de prejudicar as industrias instaladas no concelho, têm é que viver em harmonia com essas industrias e para isso têm que se arranjar processos de evitar a poluição. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal continuou explicando que é o Ministério do Ambiente que analisa na totalidade o lançamento das águas depois que

sai das lagoas. -----

-----O Deputado Municipal Aurélio Conceição Nunes lembrou que basta uma lagoa não estar devidamente impermeabilizada para que hajam fugas. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal referiu que o que lhe argumentam é que as lagoas, passado pouco tempo, ficam elas próprias isoladas. É evidente que o Ministério do Ambiente aprova também muitas delas com autorização de retirarem para espalhar. Trata-se um pouco dos estrumes que se espalhavam antigamente, e a tal agricultura biológica que o Deputado Bruno Silva referiu.-----

-----O Deputado Municipal Aurélio Conceição Nunes foi de opinião que o espalhar pelas terras era um problema menor, o problema poderá ser, futuramente o solo vir a captar determinados produtos que possam afectar esse solo. Mas pensa que aí o próprio Ministério do Ambiente deve estar atento. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal pensa que os técnicos do Ministério do Ambiente são exigentes. Quanto à história da reflorestação do Castro informou que logo a seguir ao incêndio pediu que lhes fosse entregue aquela propriedade. Com os últimos acontecimentos da política ainda não é desta que vão ter autorização. Em seguida esclareceu que se alguma vez o Deputado Municipal Antunes Ribeiro entendeu que o Eng.º Frias tinha dado um parecer dizendo que não era viável a energia eólica, pede imensa desculpa, mas não deve ter sido suficientemente explícito. A energia eólica não é possível e os investidores não se instalam neste concelho porque este não tem fundos comunitários uma vez que está inserido na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Informou que há uns meses atrás um homem queria vir instalar no concelho uma central de bio massa. Fez o projecto com o apoio da Câmara, fez-se a candidatura, solicitou-se à EDP o parecer, que deu parecer favorável e tudo indica que vão ter que se deslocar para um concelho vizinho porque

este concelho não tem dinheiro comunitário, nem fundos perdidos para estas coisas. Se não for alterada a nova divisão administrativa, Ferreira do Zêzere ao passar para a região Centro vai ter fundos comunitários para todos estes investimentos, mas só a partir de 2007 que é quando começa o IV Quadro Comunitário de Apoio. Quanto à monitorização esta ainda não foi passada para as autarquias. Quanto à sensibilização dos agricultores para a agricultura biológica pensa que aqueles que ainda fazem alguma agricultura, que não aquela de subsistência, estão dentro destes programas. A Associação de Agricultores que está sediada no concelho já está, com certeza, informada sobre este tipo de agricultura e criação animal. Quanto ao Turismo em Espaço Rural existe algum no concelho só que o que ouve normalmente é que a burocracia é tanta que as pessoas acabam por desistir. Quanto ao tratamento das águas das pocilgas não compete à Câmara fazê-lo, pelo que não tem que ter projecto para o tratamento dessas águas. No seu primeiro mandato de Vereador havia o “Programa do Bem Estar Animal” e a Câmara ainda iniciou um projecto que tentou dinamizá-lo só que não havia uma garantia por parte do programa que seria financiado. Informou que um projecto destes foi implementado na serra de Aire e Candeeiros. -----

-----Não havendo mais intervenções sobre este ponto passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

-----**3.º Ponto:- Protecção Civil e Fogos Florestais.**-----

-----Neste ponto verificaram-se as seguintes intervenções: -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro no uso da palavra e supondo que havia um Plano Municipal de Emergência aprovado em 1999, perguntou como é que estava a actualização deste Plano. Em seguida perguntou sobre planos especiais como por exemplo para um afundamento do Barco de S. Cristóvão ou um acidente

ACTA DE 07/12/2004

com um autocarro de passageiros que dê origem a muitos feridos, se já se fez algum simulacro ou se há alguma coisa pensada. Por último perguntou onde é que ia ser o espaço para o Gabinete de coordenação da Comissão de Protecção Civil. -----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço começou referindo que ouviu na Rádio Renascença que o Governo estava a preparar legislação ou iniciativas sobre os fogos florestais em relação ao próximo ano. Perguntou ao Presidente da Câmara se este já tinha conhecimento de alguma iniciativa neste sentido. Questionou também se há alguma iniciativa para Ferreira do Zêzere, no sentido da continuação de limpezas de pinhais. Congratulou-se pela limpeza que estava a ser feita junto à escola e acrescentou que em sua opinião era pena não se desbastar o pinhal.-----

-----O Deputado Municipal Rui Marques interveio perguntando se a Câmara tinha um balanço sobre os incêndios florestais de 2004 no concelho, e qual a estratégia, só do ponto de vista da Câmara, que têm para prevenção de incêndios em 2005. --- -----

-----O 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal no uso da palavra lembrou que na sessão da Assembleia Municipal realizada em Junho demonstrou o seu receio e apreensão pela época de Verão que se avizinhava e pelos incêndios que poderiam ocorrer no Concelho. Felizmente enganou-se, pois apesar de se terem iniciado mais de meia centena de incêndios, devido à rápida intervenção dos soldados da paz, e em algumas situações com a ajuda dos sapadores florestais, o concelho passou a época de incêndios sem grandes sobressaltos. Tudo isto só foi possível porque Ferreira do Zêzere tem os melhores e mais activos bombeiros do Distrito e possivelmente os melhores do país em fogos florestais. Em seguida apresentou a seguinte proposta: “Congratulo-me pela remodelação e novas instalações do quartel que no passado sábado foram inaugurados e que os nossos

ACTA DE 07/12/2004

Bombeiros bem precisavam e merecem. Pelo empenho e dedicação que toda a Direcção emprestou para que a conclusão das obras fossem um facto. Para o senhor Presidente da Câmara Municipal e seus Vereadores que com o seu bom senso decidiram a atribuição de vários subsídios e sem os quais ainda não teria sido possível a conclusão das obras. Para todos aqueles que de uma ou de outra forma colaboraram. Para o Comando e Corpo Activo que em mais uma época de incêndios conseguiram tranquilizar todos os Ferreirenses com a sua rápida e enérgica intervenção. Pelo exposto deixo a minha proposta de louvor.” -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal referiu que a proposta foi aprovada por unanimidade e aclamação. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro solicitou o uso da palavra para referir que, em sua opinião o texto estava bem, só discordava um pouco da linguagem uma vez que pensa que ninguém dá nada aos bombeiros, os bombeiros é que dão alguma coisa. O que se faz é pôr equipamentos à disposição deles para eles poderem prestar um serviço a todos com mais eficiência. De um modo geral não está de acordo com todas as expressões que digam: “nós demos aos bombeiros”. Mas, evidentemente votou por unanimidade e está de acordo com o espírito da proposta. Os Bombeiros é que dão e as pessoas/entidades têm a obrigação de lhes dar as condições que eles necessitam para o desempenho de uma actividade voluntária e a favor do próximo. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concordou com o Deputado que o antecedeu mas lembrou que há muitos autarcas que não dão. -----

-----O Deputado Municipal João Costa interveio dizendo que nos últimos dias tem visto na televisão a catástrofe que se abateu nas Filipinas, fruto de incêndios e de cortes de árvores feitos de qualquer maneira e centenas de pessoas morrem por

causa dessa situação e não há reflorestação. No concelho de Ferreira do Zêzere ainda não é assim, no entanto lembrou que em tempos entregou à Câmara um documento que retirou da Internet, e é de opinião que a prevenção é a melhor maneira para evitar os incêndios florestais anuais que devastam áreas enormes. Para isso precisam de bons caminhos florestais, e nesse documento que entregou à Câmara vinha exactamente a matéria para que se fizessem caminhos duráveis por um terço daquilo que custa fazer uma estrada normal. São as enzimas. Reportando-se ao ponto anterior e apercebendo-se que os donos das pecuárias têm dificuldade em dar destino aos resíduos sólidos disse que também existem enzimas que se colocam dentro das etars e das fossas e que destroem os resíduos sólidos. Outra coisa que vê que não acontece é a limpeza dos resíduos sólidos florestais, pois os madeireiros tiram a madeira e deixam lá os restos. Perguntou o que é que se passa com a limpeza da floresta e destes caminhos e se tem sido feita a reflorestação devida. -----

-----O 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal dirigido-se a todos os presentes explicou que a sua intervenção foi de certo modo prejudicada uma vez que não tinha conhecimento daquele louvor aos Bombeiros, que aplaudiu seguramente. Em relação aos fogos falou de outros fogos. Do fogo ardente que muitas vezes colocam nas discussões da Assembleia. Para si o que tem acontecido nas sessões da Assembleia prende-se muito mais com discussões de coisas do passado e de pessoas, o que leva a desviar a atenção de todos daquilo que fundamentalmente é importante, ou seja o presente e o futuro. Não põe em causa o papel de fiscalizar as acções do executivo que a Assembleia tem, mas não é preciso repetir tantas vezes. Todos querem seguramente o bem do concelho, pelo que julga que conviria que saíssem todos dali bem mais motivados para voltar a novas Assembleias com novas ideias, tentando elevar cada vez mais o bem do concelho e do povo que representam. -----

ACTA DE 07/12/2004

-----O Deputado Municipal Aurélio Conceição Nunes congratulou-se, em primeiro lugar, com o louvor que foi dado aos Bombeiros, embora haja um ponto ou outro na redacção do documento com que discorde em parte. Na realidade na freguesia de Chãos houve sobressaltos e as coisas só não foram mais graves devido ao tipo de vegetação existente. Em relação ao fogos florestais fez referência também às queimadas de resíduos agrícolas, que pensa que é uma forma preventiva de incêndios maiores. O que se verifica é que perante a lei, há alguma dificuldade de quem está a umas dezenas de quilómetros da sede do concelho a tirar as devidas licenças para as fazer. Sugeriu que se estudasse entre a Câmara e as Juntas de Freguesia uma forma que tornasse mais fácil a obtenção dessas licenças. Em relação à intervenção do 1.º Secretário da Mesa da Assembleia concordou, mas também referiu que do debate nasce a luz. Quando se fala das novas ideias das pessoas que estão na Assembleia, discordou um pouco, pois pensa que haveria que rejuvenescer um pouco. Numa futura assembleia deverão os partidos meter algumas caras novas de onde com certeza virão novas ideias. -----

-----O Deputado Municipal Antunes Ribeiro dirigiu-se ao 1.º Secretário da Mesa da Assembleia dizendo que gostou bastante do seu discurso e se revê completamente nele e, que foi por isso, que em termos pessoais se ausentou de uma votação. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal em resposta às questões colocadas informou que o Plano Municipal de Emergência foi aprovado em 1998 pela Assembleia, foi homologado pelo Sr. Secretário de Estado em 1999 e aprovado pela Comissão Nacional de Protecção Civil em Janeiro de 2002, portanto está em efectividade e esperam que não tenham necessidade de o implementar. O Barco de S. Cristóvão não actua só neste concelho, e o que já têm feito sentir às instâncias

ACTA DE 07/12/2004

superiores é que tem que ser feito um Plano para o Barco, pelos centros nacionais ou distritais de protecção. O simulacro só deve ser feito quando existirem os Planos de Segurança. No caso das escolas, em termos de Agrupamento, a Câmara e o GAT, fizeram levantamento para que o Agrupamento Escolar leve por diante os Planos de Segurança. Quanto ao espaço para o Centro Municipal de Emergência e Protecção Civil, a Câmara assinou um protocolo com a Associação Humanitária dos Bombeiros em que eles cedem uma sala onde funcionará sempre que necessário. Quanto à legislação para os fogos florestais, a que se referiu o Deputado Municipal Manuel Lourenço, não tem conhecimento dela. No entanto há estudos e, um dos melhores que viu foi no concelho de Mação, e o projecto de lei que estava em curso tinha por base aquele estudo. A limpeza do pinhal da Santa Casa estava já prevista e está prevista também a desmatação, mas feito nesta fase não fazia sentido, porque a ideia é fazer dinheiro com as arvores a abater. Pensa que valeria a pena fazer daquele pinhal uma referência para os proprietários para que se sensibilizassem para fazer limpeza nos seus pinhais. Há dinheiro comunitário para isto, as pessoas é que não aproveitam. O balanço dos fogos do ano passado é positivo comparado com outros concelhos. Em relação à estratégia de prevenção para 2005, têm feito candidaturas, uma delas que prevê a compra de uma estilhadeira que queriam passar pelo concelho. Candidataram-se também a um projecto-piloto que é: dentro da responsabilidade de limpar os 50 metros em volta das casas pegaram numa zona, na freguesia do Bêco onde vão retirar todos os resíduos e tritura-los, de modo a conseguirem ter as casas salvaguardadas para assim os Bombeiros poderem atacar o fogo na floresta. Informou que a Lei das queimadas foi alterada, explicou como se processam as coisas actualmente e pediu aos Presidentes de Junta que colaborassem recolhendo nas Juntas de Freguesia os pedidos de parecer das pessoas que

ACTA DE 07/12/2004

pretendem fazer queimadas. A limpeza dos caminhos florestais é para continuar tendo no corrente ano feito limpezas dentro do entendimento com as Juntas de Freguesia, o melhor possível.-----

-----O Deputado Municipal Manuel Lourenço no uso da palavra referiu que há dias alguém lhe deu a ideia de, em cada freguesia haver um género de depósito de recolha de monos e depois periodicamente fazer-se a recolha.-----

-----O Deputado Municipal Fernandinho Lourenço na sequência da intervenção anterior recordou que, em determinada altura, apresentou uma ideia à Câmara, que lhe consta que foi aceite, e que era o motorista do carro do lixo trazer consigo um bloco e em todos os locais onde encontrasse um mono, tomava nota e entregava ao encarregado.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal explicou que o procedimento que estão a ter é que as pessoas avisam a Câmara e combinam um dia para recolha dos monos.-----

-----O Deputado Municipal João Costa no uso da palavra explicou que não podia ouvir de ânimo leve determinados rumores. Já ouviu em dois momentos diferentes, a duas pessoas diferentes, uma delas o Sr. Presidente da Mesa, que o primeiro ponto tratado naquela Assembleia foi um ponto que não tinha importância.-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal explicou que o primeiro ponto foi um ponto atribulado.-----

-----O Deputado Municipal Aurélio Conceição Nunes interveio dizendo que concordava plenamente com o Deputado Fernandinho Lourenço mas pensa que teria que ser mais amplo porque o carro do lixo não passa em todos os locais onde há monos espalhados. Talvez pedir um pouco mais de esforço coordenado entre as Juntas de Freguesia e a Câmara e a partir daí as pessoas terão que ser responsabilizadas pelo que deixam espalhado.-----

ACTA DE 07/12/2004

-----O Presidente da Câmara Municipal sobre este assunto disse que o ideal seria que as Juntas de Freguesia determinassem um local para as pessoas depositarem as coisas, mas depois nem todas tem transporte transportar os monos. É uma questão de sensibilização. -----

-----O Deputado Municipal Agostinho da Cruz referiu que na sua freguesia as pessoas, normalmente, deixam os monos junto aos contentores do lixo grandes e o carro passa lá cerca de uma vez por mês a recolher esses monos. -----

-----O 2.º Secretário da Mesa da Assembleia Municipal informou que na sua freguesia acontece o mesmo que o Deputado que o antecedeu disse, ou seja os monos são recolhidos regularmente. -----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pediu a atenção de todos para o que ia dizer. Humildemente queria pedir desculpa a todos de não ter, se calhar, gerido a sessão da Assembleia a contento de todos. Em seguida informou que no próximo dia 17 de Dezembro haveria sessão da Assembleia Municipal, e como não sabia se iria estar presente nessa sessão, desejou a todos um bom Natal e um bom Ano Novo. Por último, e em relação à dignidade da porta que existia no antigo Edifício dos Paços do Concelho, informou que aquela porta é resultante da forja do conhecimento dos Celtas em que trabalhavam o ferro emalhetado tal qual como se faz os malhetes na madeira, sem pregos e sem parafusos. Foi feita em Ferreira do Zêzere, no Casal das Rosas, por volta de 1920 numa forja que existiu da família Vaz que começou naquele sitio em 1870. O Presidente da Câmara indicou-lhe que a porta está guardada e há-de ter a sua dignidade em local próprio, com certeza no futuro museu. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos e pelas 18 horas e 45 minutos terminou

